

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Patrick Vasconcellos Rodrigues da Silva**

**O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A DISCIPLINA: um estudo sobre a  
paisagem e sua influência nas ações humanas**

**Taubaté-SP**

**2019**

**Patrick Vasconcellos Rodrigues da Silva**

**O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A DISCIPLINA: um estudo  
sobre a paisagem e sua influência nas ações humanas**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como parte dos requisitos para  
colação de grau pelo Curso de Geografia do  
Departamento de Ciências Sociais e Letras da  
Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dr. José Oswaldo  
Soares de Oliveira

**Taubaté-SP**

**2019**

**SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas /UNITAU**

S586e Silva, Patrick Vasconcellos Rodrigues  
O espaço geográfico e a disciplina: um estudo sobre a paisagem e sua influência nas ações humanas / Patrick Vasconcellos Rodrigues da Silva. -- 2019.  
50 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. José Oswaldo Soares de Oliveira, Departamento de Arquitetura.

1. Espaço geográfico. 2. Disciplina. 3. Condicionamento.  
I.Título.

CDD – 304.2

**Patrick Vasconcellos Rodrigues da Silva**

**O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A DISCIPLINA: um estudo sobre a paisagem e sua influência nas ações humanas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos para colação de grau pelo Curso de Geografia do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Oswaldo Soares de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dr. Jeferson de Moares Rocha Medeiros Freitas Lourenço

Assinatura: \_\_\_\_\_

Me. Luciano Mouassab Chalita

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico antes de tudo à minha família, que proporcionou que eu pudesse ter acesso a todas as ferramentas que auxiliaram no pouco que sei e que sou, aos meus professores que por vezes foram minha maior inspiração, aos meus amigos, colegas, e a todos os trabalhadores que, em algum momento da história, ergueram não apenas a escola e universidade pelas quais passei, mas o país. Sem vocês, nada existiria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família, que me proporcionou acesso aos estudos, mais especificamente meu pai Lúcio, minha mãe Adriana, minha avó Celina, minha tia Teresinha e minha outra tia Fabiana, se não fossem vocês, nada seria de mim. Sou profundamente grato também ao professor e amigo Rene, que acreditou no meu potencial antes de qualquer pessoa. Ao meu orientador e também amigo José Oswaldo, que durante as aulas e orientações conseguiu me despertar imensa motivação e inspiração. Por falar em inspiração, não poderia deixar de citar meu grande amigo Diego e nossas intermináveis conversas, muito obrigado, grande amigo, você é um grande professor para mim. Agradeço, também, ao professor Milton Santos, seus livros mudaram minha vida. E por fim, sou grato a Geografia, por me mostrar o mundo como é, e principalmente como pode ser.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

Milton Santos

## RESUMO

A relação entre o indivíduo e seu entorno é uma das questões presentes nos debates que têm como foco o espaço e sua influência no cotidiano social, tanto na esfera acadêmica quanto no imaginário coletivo. Na presente monografia, analisou-se os limites de condicionamento desse meio, assumindo-o como sendo espaço geográfico e parte da sua dinâmica, em outras palavras, até que ponto o espaço pode agir de forma coercitiva não apenas para as ações, mas também com os corpos. A pesquisa tem como objeto o espaço, a partir da contribuição feita por Milton Santos, mas com foco a partir de uma de suas categorias analíticas internas, a paisagem. Ao decorrer da pesquisa, serão atentados os limites de interpretação dessa categoria, de forma a escapar de eventuais equívocos no que tange a representação do real-concreto. A análise a partir da paisagem conta com reflexões com fundamento nas observações apresentadas por Michel Foucault, no que tange a disciplina na produção de corpos dóceis, organizando-se a partir do *panoptismo*. Por fim, foi constatado grande potencial de o espaço geográfico agir de forma condicionante não apenas nas ações, mas na vida e nos corpos, adquirindo capacidade de ao mesmo tempo em que aprisiona, pode libertar ou promover transformação social.

Palavras-chave: Espaço Geográfico; Disciplina; Condicionamento



## ABSTRACT

The relationship between the individual and his surroundings is one of the present questions in discussions that have focus in the space and its influence on the social daily, as much on the academic sphere as in the collective imaginary. In the current monograph, was analyzed the limits of conditioning in this surroundings, assuming it as the geographic space and part of its dynamics, in other words, how far the space can act in a coercive way not only in the acts, but also on bodies. The research has as object the space, from the contributions made by Milton Santos, but focusing from one of its analytical categories, the landscape. In the course of the research, the limits of interpretation of this category will be attempt, in way to escape eventual misconceptions in reference of the representation of the real-concrete. The analysis from the landscape counts on reflexions that were founded on the presented observations by Michel Foucault about the discipline producing docile-bodies, organizing itself from the *panopticism*. Ultimately, was ascertained great potential of the geographic space act in a coercive way, not only in the actions, but in the living and bodies, acquiring capacity of at the same time it confines, it can emancipate and transform socially.

Key words: Geographic Space; Discipline; Conditioning

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....  | 10 |
| 2 MOTIVAÇÃO .....   | 11 |
| 3 OBJETIVOS .....   | 12 |
| 3.1 Objetivos específicos .....   | 12 |
| 4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS .....   | 13 |
| 4.1 Análise bibliográfica.....  | 13 |
| 5 CAPÍTULO 1.....   | 17 |
| 5.1 O Espaço Geográfico .....   | 17 |
| 5.2 O Espaço Geográfico segundo Milton Santos .....                           | 18 |
| 5.3 Sistemas de Objetos .....   | 20 |
| 5.4 Sistema de Ações .....  | 21 |
| 5.5 O Espaço Geográfico em busca de coerência .....                           | 22 |
| 5.6 Sobre a paisagem .....  | 23 |
| 5.7 A distinção entre paisagem e espaço .....                                 | 24 |
| 6 CAPÍTULO 2.....   | 27 |
| 6.1 Foucault e a Geografia.....   | 27 |
| 6.2 A Geografia pela óptica foucaultiana na obra “Microfísica do Poder” ..... | 27 |
| 7 CAPÍTULO 3.....   | 35 |
| 7.1 Introdução à Disciplina no Espaço .....                                   | 35 |
| 7.2 A Disciplina, segundo Foucault.....                                       | 35 |
| 7.3 Unindo conceitos: Disciplina e Espaço .....                               | 37 |
| 7.4 Panoptismo e paisagem.....  | 40 |
| 8 ANÁLISES E DISCUSSÕES.....  | 43 |
| 8.1 O Espaço Geográfico, a disciplina e as ações humanas .....                | 43 |
| 9 CONCLUSÃO.....  | 49 |
| 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 50 |

## 1 INTRODUÇÃO

A Geografia, como ciência, é terreno fértil para o aparecimento de debates dos mais variados temas. Sua complexidade e riqueza epistemológica promove a capacidade de contribuição nas mais variadas áreas do saber, tudo vai depender em grande escala do método utilizado e principalmente seu objetivo.

O objetivo é, geralmente, orientado a partir de inquietações que acabam constituindo-se em temas que tendem a nortear todo o processo de pesquisa. Dentro das ciências humanas, existem inúmeras questões que atravessam os séculos e sempre se mostram atuais, uma delas é acerca da relação homem-meio. Desde Rousseau (ainda que de forma mais generalizada), essa questão se mostra recorrente e hora ou outra é colocada em debate. Afinal de contas, até que ponto o meio influencia o homem? Seria ele um produto do meio? Quais são suas escalas de influência?

A priori é importante ter em mente que, segundo (Santos, 2017), o objeto de pesquisa da Geografia é o espaço geográfico, na junção “indissociável”, “solidária” e também “contraditória”, de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” (SANTOS, 2017, p. 63). Dessa noção surgem “categorias analíticas internas” que dão conta de representar e auxiliar na sua coerência, a partir da premissa que uma das primeiras interações do homem com o espaço se dê a partir da percepção, dos sentimentos, ou em outras palavras, a partir do fenômeno da existência, se forma a proposta de análise da atual pesquisa; um estudo da influência do espaço geográfico, tendo como foco a paisagem, e sua capacidade de condicionamento das ações humanas, sempre atentando-se aos seus limites tanto de interpretação, quanto na capacidade de condicionamento, seja no ato, ou até mesmo no próprio corpo. Em suma, a pesquisa fará uma análise do espaço geográfico e seu caráter condicionante, em especial no que tange a paisagem e seu potencial coercitivo das ações humanas.

## 2 MOTIVAÇÃO

A presente monografia, que se apresenta como trabalho de graduação para o curso de Geografia pela Universidade de Taubaté, começou a se desenhar a partir de determinadas leituras já relacionadas à área, que representavam pré-requisitos básicos de conhecimento a fim de obter domínio sobre o objeto em questão, característica inerente a qualquer área do saber. Mais objetivamente falando, a passagem que talvez tenha sido a gênese da atual pesquisa, aparece durante leitura da obra *Espaço do Cidadão* (2007), quando Milton Santos procura explicar a relação homem-lugar e todas as contradições vindas dessa dinâmica, como podemos ver a seguir:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição (SANTOS, 2007, p. 107).

A passagem supracitada nos apresenta em primeira instância, uma das características principais não apenas na dimensão local, mas do espaço geográfico como um todo e seu conjunto de potências. Potências essas que para alguns mostram-se transformadores sociais, na mesma medida que para outros, “no mesmo momento histórico”, transfiguram-se como “condições” de “pobreza” (SANTOS, 2007, p. 107). Esse potencial “condicionante” que o espaço detém, aparece também em inúmeras outras passagens.

Quando Santos (2017, p. 63) conceitua o espaço geográfico como um “conjunto indissociável” de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, ele deixa explícita a dualidade presente nessa instância, enquanto para alguns essa dinâmica se mostra “solidária”, para outros ela é igualmente “contraditória”, alinhando-se ao citado anteriormente. Em certo momento o autor afirma que “o ser é a existência em potência” ao mesmo tempo em que “a existência é o ser em ato” portanto, segundo Santos, “a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência”, e completa afirmando que é o espaço que “permite à sociedade global realizar-se como fenômeno” (SANTOS, 2006, p. 119).

Desse momento em diante, apresenta-se a questão que motiva o presente trabalho. Uma vez que a “existência é o ser em ato” e o que proporciona essa realização é exclusivamente o espaço, a busca por entendimento dessa dinâmica se mostra essencial para o entendimento e a procura da “solidariedade”, frente às “contradições” já presentes dentro da dinâmica espacial.

### **3 OBJETIVOS**

A presente monografia consiste em uma análise do espaço geográfico a partir de suas categorias analíticas internas, com foco na paisagem, e com objetivo de compreender seus limites de influência não apenas da paisagem sobre os corpos e ações, mas principalmente do espaço como um todo.

#### **3.1 Objetivos específicos**

- Delimitar o objeto de pesquisa da Geografia;
- Conceituar “espaço geográfico” e identificar suas categorias analíticas internas;
- Identificar as “solidariedades”, mas principalmente as “contradições” implícitas na dinâmica espacial;
- Correlacionar os elementos teóricos expostos por Milton Santos com a contribuição feita por Michel Foucault;
- Identificar as características disciplinares dentro do espaço;
- Entender como o espaço, em especial a paisagem, tende a influenciar diretamente no corpo e nas ações humanas;
- Analisar e discutir teoricamente os resultados.

## 4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para a elaboração desta pesquisa, foram adotadas etapas de modo a alcançarem, antes de qualquer coisa, consistência teórica para a análise e interpretação da paisagem geográfica. Os procedimentos que constituirão o método de pesquisa utilizado, estarão presentes nos seguintes subcapítulos.

### 4.1 Análise bibliográfica

No presente subcapítulo serão apresentadas as obras utilizadas como base para toda a análise, interpretação e reflexão do objeto em questão, o espaço geográfico.

Certamente a parte mais extensa de todo o projeto, foi a revisão bibliográfica, por se tratar de um assunto que requer antes de tudo consistência teórica. Tal requisito não poderia ser saciado de outra forma senão pela leitura aprofundada e, acima de tudo, a reflexão das principais obras que contribuem e dão corpo à epistemologia geográfica. Esse processo demanda tempo; dessa forma pode-se afirmar que entre as primeiras obras a serem consultadas, está presente o livro *O Espaço do Cidadão* (SANTOS, 2007) em sua sétima edição, do autor Milton Santos. Essa obra teve como objetivo uma primeira ideia geral e certamente foi a que instigou a busca por entendimento acerca da influência direta do espaço geográfico, não apenas no cotidiano social, mas nas próprias ações, no ir e no vir, ambos condensados numa breve afirmação em que o autor diz “O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está” (SANTOS, 2007, p. 139). Definitivamente essa afirmação contendeu ao mesmo tempo em que instigou todo o decorrer da pesquisa, em grande parte procurando entender de que forma o espaço, cientificamente falando, age de forma coercitiva para com o social, influenciando as ações, as vidas e até os corpos.

Não diria que foi feito um caminho evolutivo com base na complexidade das obras, visto que cada uma delas expressa sua própria, não maiores nem menores, mas únicas, porém a cronologia e talvez a própria articulação do pensamento do autor tenham sido o norte para a sequência abordada. A obra *O Espaço do Cidadão*, que teve sua primeira edição 1987 abriu caminho para a segunda referência, *Metamorfoses*

*do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia* (SANTOS, 1988), onde o autor, além de “buscar situar a Geografia no contexto do mundo atual”, também sugere a discussão das categorias analíticas já tradicionais além da sugestão de outras linhas de reflexões metodológicas (SANTOS, 1988). Essa discussão foi profundamente proveitosa no que tange a delimitação e conceituação de determinadas categorias espaciais, principalmente a paisagem, sua possibilidade de ser um todo de representação, mas não representar um todo. Esse potencial internamente dicotômico de no momento representar tudo, mas esse tudo estar atribuído à experiência sensorial individual, colocando-a na impossibilidade de representação do real concreto, a não ser que através dela fosse tomada a devida preocupação para com os métodos, e acima de tudo, entender seu limite, exigiu mais do que nunca a conclusão de que nada poderia ser considerado apenas dessa experiência. Dessa necessidade de completude, a leitura da obra *A Natureza do Espaço: técnica tempo razão e emoção* (SANTOS, 2017) se mostrou indispensável. Com sua primeira edição em 1996, se fecha a primeira fase de maturação teórica desse projeto, iniciado e continuado já pelas obras citadas anteriormente. Esse movimento cronológico se mostrou profundamente válido, pois dessa forma foi possível perceber nuances nas definições nesses dez anos, nada extraordinário, que efetuasse uma ruptura na sua própria definição de espaço, porém atualizações e revisões importantes, que por fim sistematizou e delimitou o objeto de pesquisa geográfico, fenômeno indispensável para qualquer ciência que procura se firmar diante das demais áreas do saber.

Cabe menção também à obra *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (SANTOS, 2004), com primeira edição datada em 1978 e que foi de fundamental importância no processo de questionamento e definição do objeto geográfico. Foi a quarta obra estudada, principalmente por conta de citações já nas obras posteriores, que exigiram a busca, e por consequência a indispensável referência.

Uma vez com o objeto de pesquisa delimitado e devidamente conceituado, se deu início ao processo de ampliação dos conceitos em busca de complementos que viessem ao encontro da linha de pesquisa escolhida; existia uma demanda de entendimento de determinado aspecto da dinâmica espacial, que consistia em suma na influência da paisagem nas ações, ou em outras palavras seu caráter condicionante. Nesse momento, uma linha de pesquisa se mostrou surpreendentemente válida tanto metodologicamente quanto teoricamente, para o decorrer da pesquisa. Essa foi a

análise das relações de poder expressas por Michel Foucault, em especial sua interpretação do *panoptismo*, mostrando-se importante ferramenta na análise espacial.

Em um primeiro momento, a obra utilizada foi *Microfísica do Poder* (2018), em sua sétima edição, mas que teve sua primeira publicação em 1979, com organização, introdução e revisão técnica por *Roberto Machado*. Ela serviu como introdução ao conceito de poder pensado por Michel Foucault e, como já mencionado, o *panoptismo*. Em certo momento da obra, Foucault é questionado acerca da ausência de menção direta da contribuição da Geografia em sua obra, e esse diálogo é exposto no livro no capítulo “Sobre a geografia”, mas foi retirado do periódico francês “Hérodote (Paris)” e consiste em uma série de perguntas e respostas de um grupo de geógrafos que compunham o periódico, direcionadas ao filósofo. Essa foi a primeira publicação da revista, que teve como data o primeiro trimestre de 1976. Ao analisarmos o corpo intelectual que dava vida à revista, com muita ventura encontramos Milton Santos. Cabe menção que foi algo inesperado, em *Microfísica do Poder* não é citado o corpo teórico que compunha o periódico, mas ao analisarmos a publicação original, que pode ser encontrada na Biblioteca Nacional da França, (no endereço *gallica.bnf.fr*), conseguimos perceber que os laços que unem esses dois intelectuais, são ainda mais estreitos do que esperávamos.

A questão metodológica expressa, que exigiu a busca do texto na íntegra, foi pelo fato de que, em *Microfísica do Poder* (2018), em certo momento cita-se a obra “Ler o Capital” de Althusser, obra essa que originariamente foi escrita em italiano. Nesse momento encontra-se um problema. A obra referida foi escrita em italiano, no periódico têm-se em francês, e no livro apresenta-se em português, e entre os primeiros dois idiomas citados não se sabe se foram utilizadas outras traduções. Dessa forma, única e exclusivamente com propósito de consistência teórica, visto que toda e qualquer interpretação textual, assim como a interpretação da paisagem, junto de si, carrega tendências, especificidades e unicidades, foi utilizada a versão em francês e traduzida para o português por tradução nossa, ao mesmo tempo em que a versão original encontra-se no rodapé. Em comparação com a tradução original contida em *Microfísica do Poder*, não foi encontrada nenhuma divergência, felizmente, mas de modo a evitar, foi tomada essa precaução.

Como *Microfísica do Poder* apresenta-se na forma de um condensado de artigos, cursos, entrevistas e debates, algumas ideias e conceitos poderiam ser apenas aprofundados, uma vez consultados suas respectivas fontes. Com *poder* e *panoptismo*



não foram diferentes. Nesse momento adentramos a obra *Vigiar e Punir* (1987), que aprofunda o já mencionado em *Microfísica do Poder*, onde podemos vislumbrar mais riqueza em detalhes, além de uma formalidade e uma tecnicidade teórica diferente do que em que na primeira obra consultada, ambas as obras tiveram suas importâncias e contribuições.

A partir da leitura e apreensão dos conceitos expostos em cada obra já mencionada, foi realizado um processo de análise, interpretação de cada uma delas, e correlação entre ambas as ideias, pois, como Santos (2017) já mencionou, o objetivo de qualquer ciência é ter a capacidade de fazer parte do todo, ou seja, ser “completado” e “complemento” do real total. Essa potencialidade foi comprovada a partir da análise e correlação dessas duas áreas do saber, resultando em três capítulos que juntos constituem a fundamentação teórica dessa monografia.

## 5 CAPÍTULO 1

### 5.1 O Espaço Geográfico

Um dos principais desafios enfrentados no âmbito produtivo epistemológico dentro da área da Geografia Crítica é a ausência, ou a falta de clareza no que tange a delimitação de seu objeto de pesquisa. Em outras palavras, os intelectuais da área têm cada vez mais, parafraseando Milton Santos, se entregando a um “exercício cego” de “análise de dados” (SANTOS, 2017, p. 12), sem se preocuparem com o real objeto de pesquisa da Geografia, o espaço. Se uma ciência define-se pelo seu objeto, por vezes a própria disciplina tende a se desvencilhar desse objeto, o que acaba por atrasar toda evolução no campo teórico-metodológico (SANTOS, 2004, p. 145). O que talvez venha a dizer muito sobre a atual situação da Geografia.

O Espaço Geográfico, que será mencionado inúmeras vezes no decorrer desse trabalho, não é o mesmo visto em outras ciências tais como a Física, Filosofia, Sociologia, dentre outras. É dotado de singularidades, apesar de apresentar alguns pontos em comum. Essas semelhanças, por um tempo dificultaram e ainda persistem, principalmente por se tratarem de um objeto constantemente ligado a acepções correspondentes a outros tipos de espaços (SANTOS, 2017). Ele é dotado de semelhanças com as demais noções, entretanto, suas particularidades dão a esse conceito um potencial de análise e entendimento de mundo, não melhor, nem pior, apenas rico em singularidades, que proporcionam uma visão única a partir da experiência homem-natureza, fortemente pautada no materialismo-dialético, base de uma das principais vertentes da Geografia Crítica.

Cabe pontuar que o conceito de Espaço Geográfico não é algo absoluto, ele já sofreu, sofre e continuará sofrendo mudanças, atualizações e revisões ao decorrer da história da humanidade, sua tendência é sempre mudar. O espaço geográfico nada mais é que o “espaço do homem”, o “espaço social” (SANTOS, 2004, p. 145), portanto, uma vez que o homem muda, ele muda o espaço, ao mesmo tempo em que, concomitantemente, o espaço muda o homem, produzindo círculos “viciosos” ou “virtuosos”. Dessa forma, torna-se impossível dizer que esse conceito é imutável.

Cabe salientar que sempre que a palavra *espaço* for resgatada, far-se-á menção ao conceito de espaço geográfico, exclusivamente.

## 5.2 O Espaço Geográfico segundo Milton Santos

Se seguirmos uma linha cronológica do processo de evolução conceitual do objeto geográfico, a partir da contribuição feita pelo geógrafo, Milton Santos, devemos considerar o espaço como um “conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” (SANTOS, 2004, p. 153). Isso mostra uma intensa relação de influência dos objetos já presentes no espaço, como produtos do processo histórico, carregado de sentidos, e influência das relações sociais atuais e do passado, a influência do ontem e do agora. Santos completa apresentando a ideia de que o espaço é um “verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual”. Explicando assim o porquê da paisagem, objetos e técnicas não serem algo homogêneo em todos os lugares, tanto em formas quanto em sentidos, ao mesmo tempo em que há “solidariedade”, também existe “contradição”. Santos usa como exemplo a comparação entre a teoria da relatividade, de Einstein, com a dinâmica espacial, onde há a substituição do conceito de matéria, para o conceito de campo, a relação da matéria e à energia. Nesse cenário, as formas seriam proporcionais à matéria, tal como a energia à dinâmica social. Dessa forma esboçam-se duas variáveis importantes, que mais tarde virão a se tornar dois sistemas teóricos bem definidos, e é o que será levantado nas próximas páginas.

É possível observar uma evolução no que diz respeito ao objeto de pesquisa da Geografia. Fica nítido um desdobramento da ideia até o estado da arte nos dias atuais, nesse momento procuraremos ir um pouco mais a fundo nesses conceitos.

Milton Santos, numa primeira hipótese, apresenta a ideia de que a Geografia poderia ser “construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos” (SANTOS, 2017, p. 38). Esse conceito, a priori, nos apresenta uma noção de materialidade e imaterialidade, concretude e abstração, sendo um bom ponto de partida para o entendimento do conceito de espaço, mas ainda não aos moldes que se configura nos dias de hoje. Para termos um ponto de partida, tomemos como base a

ideia de que o espaço é o maior conjunto de objetos existente - conceito que o próprio autor esboça - esses objetos são datados, apresentam um significado no hoje, assim como uma carga histórica, toda essa objetividade, e subjetividade, acabam por submeter e condicionar as relações sociais para predeterminados fins.

Para Milton Santos os fixos especificamente são:

Econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer. (SANTOS, 2007, p. 142).

Em outras palavras, para o autor, o conceito de fixos compreende nos objetos “resultantes das técnicas”, ou seja, tudo que se tem de material ou concreto. Um importante aspecto a ser ressaltado, é que, segundo Santos, o objeto para que seja considerado como tal, é necessário ser dotado de um sentido, uma utilidade (SANTOS, 2007).

O autor já apresenta o conceito de fluxos dotado de um espírito mais abstrato e inter-relacionado aos fixos, de certa forma já se aproximando da indissociabilidade expressa dos sistemas apresentados dentro do conceito de espaço geográfico atual. Milton Santos aponta que:

Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2017, p. 38).

Portanto, os fluxos apresentam-se como as ações que dinamizam os fixos, ao mesmo tempo em que são condicionados pelos objetos já existentes. Essa relação interdependente, mais tarde poderá apresentar características variadas, conforme Santos apresenta (SANTOS, 2017). O espaço da mesma forma que exclui, pode ser usado como um ambiente de todos, pode ser “perverso”, mas também pode ser “solidário”, pode apresentar ciclos “viciosos”, mas também “virtuosos”.

Dentro da ideia de fixos e fluxos como uma primeira definição e delimitação do objeto da Geografia, fica a conclusão de que Milton Santos subdivide o conceito de espaço como dois pontos de abrangência, o concreto e o abstrato, que em um mesmo plano e se inter-relacionando, formam o que entendemos por hoje espaço geográfico. Essa ideia, ao decorrer do tempo, evolui e chega até o momento em que se define em

dois sistemas, os *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, que serão estudados a seguir.

### 5.3 Sistemas de Objetos

Santos apresenta que o espaço geográfico é composto por diversas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a “paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.” (SANTOS, 2017, p. 13). Dentro da paisagem, assim como a configuração territorial, torna-se visível e concreta a existência dos *objetos*, mas é indispensável entender o significado e diferença de um “objeto”, e uma “coisa” frente à paisagem. Segundo Santos, “há quem distinga os objetos das coisas” e classifique um objeto como uma “elaboração social”, enquanto as coisas passam a adquirir uma característica “natural”, sendo um produto da natureza, enquanto o objeto um resultado do trabalho (SANTOS, 2017, p. 40). O autor completa dizendo:

[...] Hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor. (SANTOS, 2017, p.41)

É evidente que com o processo de expansão do sistema capitalista, com a difusão da sociedade de mercado, cada vez mais os recursos naturais tornam-se desnaturalizados, para fins econômicos. O rio torna-se um objeto, o território segue a mesma lógica, e o que antes era natureza, adquire valor, conseqüentemente um dono.

#### 5.4 Sistema de Ações

O Sistema de Ações é um dos elementos mais complexos de serem analisados dentro do conceito de Espaço Geográfico, por tal motivo, para fins didáticos e metodológicos, será analisado também, mas sempre atentando para seu caráter indissociável para com o Sistema de Objetos.

Segundo Santos (2017, p. 50 apud E. Rogers, 1962, p. 301) é apresentada a ideia de que um ato é composto por um comportamento orientado que se dá em situações, normativamente regulado, e que envolve esforço ou motivação. É de grande importância deixar claro que um ato não apresenta nível algum de aleatoriedade, ele não acontece sem motivos e muito menos sem objetivos, todo e qualquer ato é orientado no “sentido de atingir fins e ou objetivos”.

Essas ações ocorrem de forma consciente ou inconsciente. A segunda forma não quer dizer que eles de certa maneira sejam desprovidos de propósito, muito pelo contrário. Segundo Milton Santos, é cada vez mais frequente que as ações humanas realizem-se antes mesmo de qualquer clareza em nosso espírito, por grande influência dos impulsos externos, cada vez mais intensos e orientados (SANTOS, 2017, p. 51). Um dos melhores exemplos é a relação consumo-marketing; em todos os ambientes comerciais somos atacados por cores, formas e sensações que têm objetivos claros, a visualização e por consequência o consumo, por vezes inconsciente (SANTOS, 2017).

Milton Santos diz que as “ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”, dessa forma é necessário distinguir a escala da realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção é cada vez mais importante no mundo globalizado, ele afirma que “muitas das ações que se exercem num lugar, são produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada” (SANTOS, 2017, p. 51), ou seja, configura-se uma crescente mudança do ponto de partida, tornando o agente realizador da ação apenas um intermediário entre o ponto de partida e fim.

Toda ação é um processo “dotado de propósito” (SANTOS, 2017, p. 50), e à medida que o agente se desloca visivelmente no espaço promovendo algum tipo de alteração, essa alteração ocorre no próprio agente. Em outras palavras, muda-se o que há em volta, ao mesmo tempo em que o entorno também promove um processo de alteração.

## 5.5 O Espaço Geográfico em busca de coerência

A delimitação do objeto geográfico para a construção de um campo consistente de conhecimento necessita apresentar coerências tanto internas quanto externas, segundo Santos (2017).

Externamente tal coerência se apura em relação a outros saberes, mediante a possibilidade de o campo respectivo mostrar-se distinto e ser, ao mesmo tempo, completado e complemento, no processo comum de conhecimento do real total. (SANTOS, 2017, p. 12).

Ou seja, o caráter externo, para alcançar tal coerência, apresenta necessidade de articulação da *episteme* geográfica com as demais áreas do saber, característica possível de ser observada nos dias atuais no que tange a influência do espaço em todas as demais ciências.

Já as coerências internas, apresentadas por Santos, são obtidas através da separação de:

[...] categorias analíticas que, por um lado, dêem conta da respectiva superfície do real, própria a tal fração do saber e, por outro lado, permitam a produção de instrumentos de análise, retirados do processo histórico. (SANTOS, 2017, p.12).

Em outras palavras, o objeto da Geografia conceitua-se na indissociabilidade de dois sistemas bem definidos, além disso, dentro dessa inter-relação, para fins de coerência, surgem categorias analíticas que se complementam e formam o todo, formam o objeto geográfico. Como já mencionadas, fazem parte desse grupo, a paisagem, a configuração territorial, entre outras já citadas (SANTOS, 2017, p. 13).

Ao decorrer do presente trabalho, serão mencionadas algumas das categorias analíticas supracitadas, mas cabe salientar que, para fins metodológicos, será utilizado como principal referencial a paisagem.

## 5.6 Sobre a paisagem

A paisagem, para Milton Santos, de forma objetiva, consiste em “tudo aquilo que nós vemos”, tudo que de alguma forma é alcançável, pela visão. Ela se caracteriza como um “conjunto de objetos reais-concretos” (SANTOS, 2017, p. 67). Uma vez que a paisagem consiste em um conjunto de objetos, pode-se afirmar que ela é um produto das “técnicas”. Dessa forma, como Santos (2017) aponta, a paisagem adquire caráter “transtemporal”, uma vez que é produzida por técnicas do “passado”, e do “presente”, consequentemente apresentando objetos do ontem e do hoje (SANTOS, 2017, p. 67).

Entretanto, paisagem não tem como forma apenas volumes, não se resume apenas a um registro visual dos objetos. Além de cores, a paisagem é composta de “movimentos, odores e também sons” (SANTOS, 1988, p. 21). Ou seja, a paisagem é a soma do que existe e do que se sente, a imagem e suas sensações frente a ela, além disso, como o próprio autor apresenta “não há, na verdade, paisagem parada, inerte”, está em um processo constante de mudança.

Santos (1988) completa a ideia com um aspecto importante a ser levado em consideração, no que tange a paisagem e sua percepção, as diferentes perspectivas. Segundo o autor, a paisagem “toma escalas diferentes” e se modifica com base na perspectiva do receptor. Em outras palavras, a paisagem depende de quem a vê e sua específica interpretação, ou ausência dela, como na maioria das vezes. Pessoas diferentes podem “apresentar diversas versões do mesmo fato”. Santos (1988) exemplifica, ao afirmar que o que um arquiteto vê, é diferente do que um artista, ou qualquer outro profissional visualiza, suas interações são distintas. E completa:

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 1988, p. 22).



Uma vez que a paisagem pode ser considerada como um “registro visual dos objetos” e estar diretamente ligada com a “dimensão da percepção”, levanta-se talvez a discussão central do conceito em questão, a subjetividade. Esse caráter pode vir, parafraseando com Santos (2017), a condicionar a interpretação de modo ao receptor “tomar por verdadeiro o que é só aparência”, segundo o autor, é necessário chegar ao seu real sentido, seu “significado”.

Para chegarmos a esse significado, é indispensável retomarmos a ideia citada anteriormente dentro do *Sistema de Ações*, talvez dessa forma possamos compreender a relação paisagem-percepção. Já ficou claro a paisagem se dá a partir do que é “alcançável pela visão” (SANTOS, 1988) e também sua intensa subjetividade no que tange a interpretação dessa porção do território observada. Entretanto, se tomada individualmente, talvez se ofusque o principal aspecto relacionado com essa categoria analítica, que é o fato da paisagem ser uma *produção social*, é produzida pelas técnicas, e assim como qualquer ação, ela é orientada e detém uma ordem. Como já mencionado anteriormente, as “ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”, essas ações diretamente criam e recriam a paisagem. Dessa forma é possível afirmar que a paisagem, por si só, é carregada de sentidos, e assim como as ações que a produzem, também objetivos. Um território não se configura ao acaso, ele segue regras e objetivos pré-dispostos, e isso reflete na produção do espaço e, conseqüentemente, da paisagem. Sendo assim, o entendimento de todo o processo de formação da paisagem, entender de que forma a porção do território observado se configura de determinada forma, e não de outra, torna-se um dos principais objetivos, para que dessa forma seja possível ultrapassar a paisagem enquanto “aspecto”, chegando ao seu “significado”.

### **5.7 A distinção entre paisagem e espaço**

Milton Santos apresenta como necessidade epistemológica, uma distinção entre a paisagem e espaço. O autor deixa explícita a noção de que paisagem e espaço não são sinônimos, apesar de que algumas vezes confundidas. Santos (2017) afirma:

Paisagem e espaço não são sinónimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (SANTOS, 2017, p. 66).

Frente à complexidade de ambos os conceitos, e a necessidade de uma construção sólida no campo teórico, Santos (2017) explora ainda mais:

Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistémico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2017, p. 67).

O autor segue e apresenta outro comum equívoco, o fato de que “a palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial”. Para Santos, a paisagem se distingue, por fazer parte dela, apenas uma porção da configuração territorial (SANTOS, 2017, p. 67). Enquanto o conceito de configuração territorial consiste em um “conjunto formado pêlos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais.” (SANTOS, 2017, pg. 38).

Em outras palavras, a paisagem é composta por parte da configuração territorial que entra em interação com a percepção através dos sentidos. A configuração territorial por si só não é paisagem, mas a paisagem abarca parte da configuração territorial, existe interação e criação de uma a partir da outra, entretanto, não podem ser consideradas o mesmo.

Retornando para a distinção do conceito de paisagem e espaço, Santos, neste momento, talvez faça a melhor exemplificação de cada um dos dois, ao concretizá-los na seguinte afirmação:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos. (SANTOS, 2017, p. 68).

Dessa forma, conceituamos e, principalmente, diferenciamos paisagem de espaço, como o próprio autor expressa, caráter indispensável para adquirir-se consistência teórica.

## 6 CAPÍTULO 2

### 6.1 Foucault e a Geografia

Michel Foucault, durante a edição de estréia da Revista Hérodote, datada no primeiro trimestre de 1976, que teve como fundador o geógrafo Yves Lacoste, trava diálogo pela primeira vez com os geógrafos que compunham o corpo intelectual do periódico. Esse texto foi traduzido por Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza e publicado em 2018 no livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2018). O capítulo intitulado “Sobre a Geografia” consiste em uma série de questões e respostas acerca da influência do objeto geográfico na produção de Michel Foucault, ainda que em um primeiro momento tal afirmação seja fortemente contestada pelo autor. O interessante é acompanhar a evolução do pensamento de Foucault acerca dessa afirmação, até o fim da entrevista em que o mesmo muda de postura frente a ela, assumindo que, de certa forma sim, a Geografia possa ter sido utilizada, ainda que inconscientemente ou indiretamente e tenha de alguma forma, tido espaço em sua análise. Nas próximas páginas será dado foco a esse diálogo para entender segundo a óptica foucaultiana o que para ele é a Geografia, de que forma pode-se utilizar sua análise das estruturas de poder, assim como o *panóptico* e os demais conceitos, de modo a enriquecer a presente contribuição enquanto análise da paisagem e seus sentidos, promovendo a percepção não enquanto “aspecto”, mas como “sentido”, parafraseando Milton Santos (1988).

### 6.2 A Geografia pela óptica foucaultiana na obra “Microfísica do Poder”

Logo de começo, Michel Foucault (FOUCAULT, 2018) é abordado por uma questão acerca da abrangência da obra do autor, e sua contribuição para com os assuntos que geralmente abarcam os interesses geográficos, como é possível ver na passagem a seguir:

Assim, a hipótese proposta na Arqueologia do Saber de que uma formação discursiva não se define nem por um objeto, nem por um estilo, nem por um jogo de conceitos permanentes, nem pela persistência de uma temática, mas deve ser apreendida como um sistema de dispersão regulado, nos permitiu delimitar melhor o discurso geográfico. (FOUCAULT, 2018, p. 244).

O periódico apresenta em seguida certa surpresa com o silêncio do filósofo no que envolve a Geografia, ainda que, como citado pelos geógrafos interlocutores da revista, seria tão inesperado quanto, se por ventura “a geografia fosse levada em conta”, visto a indiferença dos filósofos para com a disciplina, exceto por Kant e Hegel (FOUCAULT, 2018, p. 244).

Dentro dessa primeira abordagem a Foucault, por fim, o filósofo é questionado se é possível “incriminar” os geógrafos que, desde “Vidal de La Blanche, resolveram se resguardar, ao abrigo das ciências sociais, do marxismo, da epistemologia e da história das ciências”, ou se isso tem como resultado uma “indisposição” dos filósofos com “uma geografia inclassificável”, uma vez que há essa espécie de dicotomia entre o caráter natural e social dentro da própria disciplina (FOUCAULT, 2018, p. 244).

Em resposta, Michel Foucault é categórico. Ele afirma que, se fosse feita uma lista de todas as áreas do saber, que de alguma forma ele abarca até de certa forma indiretamente, essa mesma lista seria “quase infinita”, e que a metodologia de citar alguma ciência por seu caráter de relevância, apenas, não se mostra eficaz (FOUCAULT, 2018, p. 245).

Por outro lado, Foucault (2018) completa:

Será sem dúvida bom método se o que se quer é fazer uma história correta, limpa, conceitualmente asséptica. Mas desde o momento em que se quer fazer uma história que tenha um sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates que se desenrolam neste domínio. (FOUCAULT, 2018, p. 245).

Em outras palavras, Foucault (2018) afirma que é necessário, para se ter eficácia política acerca da contribuição em questão, uma certa aproximação do agente para com o método e o objeto de análise, característica que talvez tenha distanciado o autor de qualquer menção direta, ao que se diz respeito da influência da Geografia em sua obra. Ao mesmo tempo, seu domínio o direcionou ao estudo da psiquiatria, pelo contato direto com o hospital psiquiátrico, da prisão, ou do que o próprio autor intitula de “instituições de sequestro”, como resultado da própria dinâmica do poder.

O que se torna interessante de observar, é que nos dias atuais, com o avanço da Geografia Crítica frente à tentativa e sucesso na delimitação de um objeto de pesquisa para a disciplina, resulta em um avanço no campo teórico-metodológico, colocando-a no patamar de ciência. A partir disso, criam-se categorias analíticas que, por mais que não detenham a mesma terminologia, passam a apresentar similaridades em espírito. É unindo essas congruências, em diferentes áreas do saber, que se dá a atual proposta de análise.

Em certo momento, Foucault é questionado pelo periódico, se de certa forma a “ausência de polêmica” na Geografia, até o presente momento na história, contribuiu para seu distanciamento com as demais áreas do saber, tais como a arqueologia, a filosofia, entre outros, tendo em mente a intensa atração dessas áreas por “polêmicas já iniciadas” (FOUCAULT, 2018, p. 246). O autor confronta:

É verdade que a importância de uma polêmica pode atrair. Mas eu não sou de forma alguma dessa espécie de filósofo que formula ou quer formular um discurso de verdade sobre uma ciência qualquer. Legislar para toda a ciência é o projeto positivista. (FOUCAULT, 2018, p. 246).

Foucault (2018) deixa claro que seu objetivo não é propor uma teoria geral, tampouco que sua análise das relações de poder alcance todas as formas do saber. A propósito, o autor apresenta grande resistência a essa abordagem quase que positivista. É nesse quesito que procura estabelecer sua crítica ao que ele chama de “marxismo renovado”, que segundo o autor teria “caído na tentação” ao encarar o marxismo como “a ciência das ciências” (FOUCAULT, 2018, p. 246). Foucault (2018) se desvencilha de toda e qualquer posição arbitrária, que segundo ele, é característica da “instituição universitária”. É importante frisar, que se em algum momento ele não fez menção diretamente à Geografia, se dá exclusivamente por não fazer parte do seu domínio, ao contrário de qualquer outra polêmica ou até a ausência dela.

Desse ponto em diante, Foucault começa de forma cadenciada, a se inclinar para uma possível relação direta da sua arqueologia do saber para com a Geografia. Ao ser questionado se ao referenciar historiadores tais como “Lucien Febvre”, “Braudel” e “Le Roy Ladurie”, expoentes que procuraram “dialogar com a geografia”, ou até mesmo “instaurar uma geo-história”, ele não tenha tido a “oportunidade” de um “encontro” com a Geografia. Em resposta, Foucault (2018), afirma:

Você me pergunta se a geografia tem um lugar na arqueologia do saber. Sim, contanto que se mude a formulação. Achar um lugar para a geografia seria o mesmo que dizer que a arqueologia do saber tem um projeto de recobrimento total e exaustivo de todos os domínios do saber, o que de modo algum é o que tenho em mente. A arqueologia do saber é simplesmente um modo de abordagem. (FOUCAULT, 2018, p. 247).

Foucault (2018) aponta a intensa relação da filosofia ocidental, “ao menos a partir de Descartes”, de sempre estar ligada ao “problema do conhecimento”, ou sobre o que “é verdade”. Mas aponta que a partir de Nietzsche, se modifica. O que antes se apresentava como questão sobre “o que é a verdade” ou “qual seu caminho mais seguro até ela”, passou a ser “qual foi o caminho aleatório da verdade?”. Ou o que ele chama de “a coerção ao verdadeiro”. O autor apresenta:

A ciência, a coerção ao verdadeiro, a obrigação de verdade, os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios atravessam completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizaram para se tornar a lei geral de toda a civilização. Qual é a sua história, quais são os seus efeitos, como isso se entrelaça com as relações de poder? (FOUCAULT, 2018, p. 248).

Foucault (2018) exprime a idéia de que, caso a Geografia tome esse caminho de análise, ela pode ser “concernida por semelhante método”. Tal método que venha a procurar entender essa “aleatoriedade da verdade” que venha a “coagir o verdadeiro”, se alinha ao que Milton Santos (1988) observa, quando aponta a necessidade de entendimento da paisagem como “sentido”, quando se anseia extrapolá-la enquanto “aspecto” chegando ao seu âmago. Procurar saber sua “história”, pode levar a entender o motivo de determinada fração do território ser de determinada forma, e não de outra; “Seus efeitos” talvez nos aponte os resultados dessa relação; sua interação com as “relações de poder”, talvez nos mostre o produzido frente a quem o produziu, e por consequência, seus objetivos.

Desse momento em diante, algumas questões são levantadas, tais como o fato de Foucault em grande escala privilegiar o fator tempo, em detrimento ao espaço, chegando a “espacializações nebulosas” ou “nômades”, como propõe o periódico (FOUCAULT, 2018, p. 249). Foucault aquiesce e diz: “Coloca-se aí um problema de método, mas também de suporte material, ou seja, simplesmente a possibilidade de um homem sozinho percorrer este caminho.” (FOUCAULT, 2018, p. 249).

Quando questionado acerca do contraste entre as “profusões de metáforas espaciais” tais como: “território, domínio, solo, horizonte” entre outras, Foucault

afirma que tais noções não são “estritamente” geográficas. Os geógrafos do periódico concordam, ao dizer:

De fato, estas noções não são estritamente geográficas. São contudo noções básicas de todo enunciado geográfico. Evidencia-se assim o fato de que o discurso geográfico produz poucos conceitos e os extrai de tudo que é lugar. Paisagem é uma noção pictórica, mas é um objeto essencial da geografia tradicional. (FOUCAULT, 2018, p. 251).

Em seguida, demonstra uma relação entre a Geografia e a estratégia militar, uma vez que essa ciência surgiu “à sombra do exército”, relaciona a palavra *região* geográfica com a *região militar*, que em *latim* é “comandar”, além de *província* que seria o mesmo de *território vencido*, do *latim vincere* (FOUCAULT, 2018, p. 251).

Foucault indica uma certa resistência, no âmbito acadêmico, frente à suas obsessões espaciais, mas ao mesmo tempo, demonstra que através disso descobriu o que no fundo procurava: “as relações que podem existir entre poder e saber”. Essa relação se faz válida, quando na prática, o *saber* em termos territoriais, seja de “região”, “domínio”, “implantação”, “transferência”, “deslocamento” promove ganhos substanciais (FOUCAULT, 2018, p. 251). Talvez, um dos maiores exemplos dessa relação *saber e poder*, em termos militares, se deu em 1975 com a retirada das tropas norte-americanas da Indochina frente à derrota sofrida.

O autor afirma, “existe uma administração do saber”, ou até “uma política do saber”, em seguida descreve o que segundo ele se dá por uma espécie de “administração do saber”, “políticas” e “relações” que passam pelo *saber*, que uma vez descritas, remetem “àsquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território” (FOUCAULT, 2018, p. 251), conceitos que, parafrazeando o autor, ainda que possam ter sido tiradas por ele de onde a Geografia os tirou, não deixam de ser geográficos, ou de abarcar seu objeto de pesquisa.

O fragmento a seguir, em tradução nossa, foi retirado originalmente da edição janeiro-março de 1976 do periódico científico Hérodote, encontrado na Biblioteca Nacional da França, que apresenta o diálogo entre Foucault e os geógrafos da revista, que pode ser encontrado também em *Microfísica do Poder* com organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado, mas por questões metodológicas, convencionou-se por agora utilizar parte do documento original para dar prosseguimento à fundamentação teórica.



Os geógrafos da revista *Hérodote*, em sua primeira edição, afirmam que Althusser, na obra *Ler O Capital* propõe uma “questão análoga”:

O recurso de metáforas espaciais [...] onde o presente texto faz uso e coloca um problema teórico: o de seus títulos de existência em um discurso com pretensão científica. Esse problema pode ser exposto da seguinte forma: porque alguns discursos científicos exigem necessariamente o uso de metáforas emprestadas de discursos não científicos (apud Hérodote, 1976, Paris, p. 78, tradução nossa<sup>1</sup>).

Em contraponto ao que Althusser apresenta, os geógrafos da Revista *Hérodote* (1976) afirmam:

Althusser, assim, apresenta o recurso às metáforas espaciais como necessárias, mas ao mesmo tempo como regressivo, não rigoroso. Tudo leva a pensar ao contrário, que as metáforas espaciais, longe de serem reacionárias, tecnocráticas, abusivas ou ilegítimas, são na verdade o sintoma de um pensamento ‘estratégico’, ‘combatente’, que coloca o espaço do discurso, como terreno de práticas políticas (*Hérodote*, 1976, Paris, p. 78, tradução nossa<sup>2</sup>).

Em suma, afirmam que as metáforas espaciais não apresentam nada de reacionárias, tecnocráticas ou ilegítimas, relacionando-as com o pensamento estratégico do combate. Foucault (2018) reitera, esses pensamentos são “efetivamente de guerra”, “administração”, de “gestão de um saber”, e que seria necessária uma crítica acerca da desqualificação do espaço, fato que vinha acontecendo há várias gerações. Desqualificação essa que apresentava o espaço como “o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel”, enquanto o tempo apresentava-se como o oposto (FOUCAULT, 2018, p. 253). Essas afirmações vão de encontro com o atual momento teórico-metodológico da Geografia, tornando-se fundamental a observação desse processo. O que antes se configurava como algo inerte, certo momento passa a ser a soma das “formas”, ou em outras palavras, os objetos, “mais a vida que as anima”, parafraseando Santos (2017).

Ao decorrer do diálogo, o periódico afirma que em *Vigiar e Punir*, essa forma de “estratégia” ou “gestão do saber” com fins específicos, entrou em uma “nova

<sup>1</sup>Originalmente: « Le recours aux métaphores spatiales [...] dont le présent texte fait usage pose un problème théorique : celui de ses titres d'existence dans un discours de prétention scientifique. Ce problème peut être exposé comme suit : pourquoi une certaine forme de discours scientifique requiertelle nécessairement l'usage de métaphores empruntées à des discours non scientifiques »;

<sup>2</sup>Originalmente : Althusser, ainsi, présente le recours aux métaphores spatiales comme nécessaire, mais en même temps comme régressif, non rigoureux. Tout laisse à penser au contraire que les métaphores spatiales, loin d'être réactionnaires, technocratiques, abusives ou illégitimes, sont plutôt le symptôme d'une pensée « stratégique », « combattante », qui pose l'espace du discours comme terrain et enjeu de pratiques politiques ».

etapa”, momento esse que a partir da análise do *panoptismo*, considera-se extrapolar o limite da “metáfora espacial”, passando a interpretações diretas acerca de diversas categorias analíticas geográficas, e as relações de poder. Em seguida é levantada uma questão, se essa figura (panóptico) dava conta do aparelho de Estado em seu conjunto (FOUCAULT, 2018, p. 253). Essa inquirição é de fato muito importante, dentro da contribuição efetuada por Foucault, entretanto, não será aprofundada por entender que o *locus* da discussão aqui apresentada não se alinha com a questão levantada, pelo menos por momento. Por hora, o principal objetivo é o levantamento da relação Foucault e Geografia, exclusivamente, ao contrário de um entendimento da forma que o Estado utiliza-se do *panoptismo*, entre outras características. Tudo isso será discutido posteriormente em análise.

Uma hipótese é levantada a Foucault, uma vez que as várias instituições que compunham toda a estrutura de poder do Estado, também detinham suas próprias formas de reclusão ou controle, por exemplo, o sanatório, o hospital com sua organização interna, a economia política com a lógica fabril, a própria prisão (FOUCAULT, 2018, p. 256), formando verdadeiras instituições de seqüestro, pergunta-se o seguinte:

Pode-se perguntar, tanto para fazer efeito quanto para lançar uma hipótese, se o saber geográfico não traz consigo o círculo da fronteira, seja nacional, provincial ou municipal. E portanto se às figuras de enclausuramento, que você assinalou - louco, delinqüente, doente, proletário - não se deve acrescentar a do cidadão soldado. O espaço do enclausuramento não seria então infinitamente mais vasto e menos estanque? (FOUCAULT, 2018, p. 256).

Ou seja, é levantada a hipótese das fronteiras geográficas, de alguma forma não servirem também como uma das instituições mencionadas, servindo em espírito com o mesmo objetivo. Foucault admite a idéia ser “sedutora” e em seguida questiona se talvez não seria este o homem das nacionalidades. Em seguida aponta o caráter da disciplina, assim como a História, terem servido para fins nacionalistas, durante grande parte da história da humanidade (FOUCAULT, 2018, p. 256).

Se em um primeiro momento, Foucault apresentava relativa resistência quanto à presença ou influência da Geografia na sua contribuição, desse momento em diante ele já começa a se inclinar a favor de tal possibilidade, afirmando que os problemas colocados acerca da Geografia, para ele são essenciais. O autor também afirma ter mudado de opinião, entre o começo e o fim, e completa:

Entre um certo número de coisas que relacionei estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias. Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês (FOUCAULT, 2018, p. 261).

Em síntese, pode-se observar uma mudança de pensamento ao decorrer da entrevista entre os geógrafos que representavam o periódico Hérodote e Foucault. Isso se dá de forma cadenciada, até o próprio perceber que, além de influência, também surge possibilidade de utilização do método geográfico em futuros estudos, como menciona na última parte (FOUCAULT, 2018, p. 261).

## 7 CAPÍTULO 3

### 7.1 Introdução à Disciplina no Espaço

Nesse Trabalho de Conclusão de Curso, se estabelece a *priori* uma divisão da fundamentação teórica em três momentos. Pauta-se primeiramente na precisa delimitação do objeto de pesquisa pelo qual todo o projeto se dá, o Espaço Geográfico. Dessa forma, tendo em mente toda complexidade do conceito, alguns cuidados foram tomados para que apresentasse consistência teórica e nenhum aspecto importante fosse deixado de lado.

Uma das principais aspirações por trás da atual contribuição é a possibilidade de correlação do conceito de Espaço Geográfico, com as demais áreas do saber, ser “completado e complemento”. Isso não é um desejo novo, e como já discutido anteriormente por Santos (2017), faz parte do processo de construção de um “campo coerente de conhecimento”. Tendo isso em mente entramos no segundo momento importante, a relação entre Michel Foucault e a Geografia. Para isso foi utilizada uma passagem onde geógrafos dialogam diretamente com o autor, reconhecendo por fim tal influência, e, além disso, a possibilidade da utilização do método geográfico em futuras pesquisas.

O terceiro momento e talvez o mais ambicioso, é o atual, onde serão aprofundados alguns conceitos de Foucault tais como a “Disciplina”, os “Corpos Dóceis”, o “Panóptico”, sempre analisados a partir do espaço geográfico, servindo como corpo teórico para uma análise posterior.

### 7.2 A Disciplina, segundo Foucault

Foucault, em *Vigiar e Punir* faz uma análise acerca da evolução da figura do soldado, entre os séculos XVII e XVIII; haviam de certa forma, parâmetros e características inatas a serem seguidos que possibilitavam de longe a identificação do

seu ofício, estes eram desde a sua postura, até características físico-corporais, entre elas “coxas grossas”, “pernas finas”, e “pés secos”, ou seja, como o autor aponta, o objetivo era uma “retórica corporal da honra”, se mostrar audaz e honrado o suficiente (FOUCAULT, 1987, p. 117).

Já na segunda metade do século XVIII houve uma mudança, essas características inatas não mais se mostraram requisitos para um soldado, o mesmo se transformou em um produto fabricável e moldável. Diversas características foram corrigidas meticulosamente, o que antes não cogitava-se ser um soldado, através de processos disciplinares, o fez (FOUCAULT, 1987, p. 117).

Foucault aponta uma mudança substancial a partir da época clássica, a “descoberta do corpo como objeto e alvo de poder”. A partir desse momento, o corpo seria passível não apenas a mudanças na sua estrutura de uma forma geral, mas da mesma forma seria dócil, obedeceria e também responderia a impulsos; e completa, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 117).

Essa nova característica e foco que os corpos passaram a receber, segundo Foucault (1987), não foi a primeira vez, entretanto, o que se mostra de novo é a escala do controle; o que antes se mostrava como algo generalizado, “em massa”, começou a ser trabalhado de forma individualizada, de exercer sobre o corpo uma “coerção sem folga”. O autor completa:

(...) mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Foucault (1987) deixa clara a relação desse novo foco, que tem como alvo os corpos e se dá principalmente sobre os exercícios, ou seja, sobre as ações, e implicam “numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado”, dando-se de acordo com uma “codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

O autor, afirma que todos esses processos disciplinares já existiam há muito tempo, e ainda aponta alguns locais onde se tornavam mais nítidos, esses eram: os conventos, os exércitos, as oficinas (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Segundo Foucault, as relações de poder se modificam, se em um momento da história elas se deram a partir da apropriação dos corpos, mais especificamente a escravidão, agora ela apresenta mais sutileza, “elegância”, obtendo de forma velada eficácia tão grande quanto as demais (FOUCAULT, 1987, p. 118). Além disso, como o próprio autor afirma, toda essa forma de coerção dos corpos se dá através de um modelo, um método.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Tendo isso em mente torna-se igualmente plausível afirmar que tal modelo, por se tratar também de uma relação de poder, apresenta capacidade de ser implantado em diferentes locais, sob diferentes formas, a partir de diferentes organizações territoriais, além das já mencionadas; sua implementação vai depender em grande escala da sua “exigência”, da “conjuntura”. Hora podem florescer de uma inovação industrial, acabando por refletir nas fábricas, outrora por doenças epidêmicas que venham a reorganizar a instituição hospitalar (FOUCAULT, 1987, p. 119). A “disciplina” tem potencial de percorrer os mais variados ambientes, assim como assumir as mais diferentes formas, tudo vai depender do seu objetivo.

### **7.3 Unindo conceitos: disciplina e espaço**

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) nos apresenta uma análise fundamental no que tange não apenas aos mecanismos de poder, mas também à organização espacial.

Em um primeiro momento, o autor menciona o efeito disciplinar criado a partir da peste, no século XVII. Isso promoveu a criação de medidas que passaram a ser seguidas estrita e meticulosamente, que vinham a intervir tanto na repartição territorial da cidade, quanto em todas as ações que os infectados e os não infectados poderiam ou não efetuar (FOUCAULT, 1987).

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 163).

Foucault ainda analisa a diferença entre a abordagem efetuada sobre o leproso e o infectado pela peste. O primeiro indivíduo sofria uma espécie de exclusão social, ou como o próprio menciona, era sobre ele realizada uma “prática da rejeição”, ou o “exílio-cerca”, deixando-o à margem como “numa massa que não tem muita importância de diferenciar”, enquanto sobre o pestilentos era feito sobre eles uma espécie de “policiamento tático” onde eram levadas em conta todas e quais informações a respeito da doença como um todo, onde sobre os corpos era incidido métodos e técnicas de controle não apenas da doença mas de seus corpos como um todo, multiplicando-se corpo após corpo (FOUCAULT, 1987, p. 164). Mais uma vez fica nítido o caráter individualizante das disciplinas.

O autor exprime que os esquemas efetuados sobre os leprosos e os pestilentos eram diferentes, porém não incompatíveis, e ao decorrer das décadas, até meados do século XIX, ambos se aproximam. O leproso, simbolicamente cedeu seu espaço de exclusão aos “mendigos”, “vagabundos”, “loucos”, e “violentos”, ao mesmo tempo em que o dispositivo disciplinar deu a eles um recorte, um “quadriculamento”, antes presente nos infectados pela peste (FOUCAULT, 1987, p. 165). Pode-se observar que ao passar das décadas isso tem atingido cada vez mais o cidadão comum, a grande massa que se encontra a par dos grandes métodos de concentração, promovidos em grande escala pela sociedade de mercado.

Já vimos que a técnica da exclusão unida de recortes territoriais, tendem a trabalhar como métodos condicionantes com objetivos claros, disciplinar e tornar os corpos dóceis.

Santos (2007), também aborda esse assunto. O autor é incisivo em sua afirmação, “o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está” (SANTOS, 2007, p. 139). Vale atentar que Milton Santos não afirma que o indivíduo adquire seu valor única e exclusivamente pautado na sua localização, mas como o próprio diz, depende em “larga escala”, e completa dizendo que o acesso aos bens e

serviços para grande parte dos brasileiros é diferencial e contrastante, acabando por privar parte desses cidadãos. Para isso, o autor aponta dois motivos, a inexistência na área, ou a impossibilidade de alcance, seja por questões de tempo, ou dinheiro (SANTOS, 2007, p. 139). O que diferencia os processos de exclusão apontados por Foucault, dos expostos por Santos? Não seria a privação ao acesso, seja de quais bens for, um processo de delimitação territorial e conseqüentemente disciplinar? A supressão dos direitos políticos, a produção de uma massa não-cidadã ao mesmo tempo que um aumento de capacidade e controle dos exercícios, se dá no espaço, a disciplina se faz através do espaço.

A grande hipótese se faz agora. Mas de que forma, concretamente falando, as disciplinas fazem uso do espaço? A resposta talvez já fora explicitada ao decorrer do que já foi discutido. A disciplina não se faz exclusivamente, mas também, a partir da paisagem. Santos (1988), afirma que além do abarcar da visão, a paisagem também se dá a partir da percepção, dos sentimentos, e inclusive das emoções. Seria essa, talvez, a evidência mais imediata e distinguível, entre todas. Porque determinada paisagem é de uma forma, e não de outra? Tudo isso apresenta um motivo, as ações não se dão de forma desorganizada, ou sem objetivos, e como o espaço se dá a partir da produção social, tampouco ele. Se a busca por objetividade se mostrou abstrata até o momento, talvez agora se faça mais clara ao analisarmos um exemplo concreto, o “panoptico”.



#### 7.4 Panoptismo e paisagem

Segundo Foucault (1987), dentro da dinâmica disciplinar que acaba por envolver o corpo social servindo de ferramenta para as formas de poder, há uma figura importante, a forma arquitetural por onde se realiza todo esse processo, ele o chama de “*Panóptico* de Bentham”. Tal forma se organiza com base nos seguintes aspectos:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 1987, p. 165).

Como já mencionado, é importante frisar que a atual contribuição tem como objeto de pesquisa o espaço geográfico, portanto, seria indispensável, ao mesmo tempo em que teoricamente consistente, a interpretação a partir desse objeto. O que Foucault descreve na passagem acima pode ser interpretada a partir da Geografia, como a influência dos *objetos* (produto das técnicas), sobre os corpos, transformando-se em uma espécie de organização, sobretudo espacial que tende a contribuir para o exercício e manutenção das disciplinas.

O que Foucault (1987) em seguida aponta, apresenta-se como um dos aspectos mais importantes dessa nova forma, a visualização dos corpos. O autor expressa que através do efeito de contraluz, é possível ver com clareza toda a silhueta de cada preso “recortando-se exatamente sobre a clareza”. Em seguida Foucault, metaforicamente aponta que lá se encontram os pequenos teatros e jaulas, onde cada “ator” está “perfeitamente individualizado” e “constantemente visível”. Ele afirma que esse dispositivo de organização espacial permite a visualização constante, ao mesmo tempo em que proporciona reconhecimento individual. Em resumo, o princípio da masmorra se perde, onde o trancamento, a privação de luz e o subterfúgio, cedem espaço a apenas à exclusão (FOUCAULT, 1987, p. 166). Parafrazeando Foucault (1987), a visibilidade torna-se uma armadilha, a escuridão que protegia, cede lugar à luz e ao olhar que vigia.

Essa relação entre condicionamento das ações a partir da visibilidade dos corpos é comumente observada no cotidiano social, apesar de que por vezes não é levado em conta seu potencial analítico. Se tomarmos como metáfora, a peça teatral “Macbeth” de William Shakespeare, e analisarmos a partir do espaço geográfico, mais especificamente o assassinato de “Banquo”, general do exército do Rei, Macbeth deixa explícito que tal ato obrigatoriamente precisa ser feito à noite, mas o que tal escolha e metáfora nos diz no que tange a visualização dos corpos? A decisão tomada deixa claro, metaforicamente falando, que o melhor local para que tal crime fosse feito, seria especificamente na escuridão, a mesma escuridão que protege e protegeu os assassinos de Banquo, a escuridão que Foucault (1987) dissipa ao explicitar a reorganização do espaço de exclusão.

Retornando a Foucault (1987) e especificamente ao *Panoptismo*, ao analisarmos essa relação entre o vigiado e seu respectivo entorno, todo esse processo se apresenta como uma interação homem-espaço, ou mais especificamente falando, homem-paisagem. Tudo que é visto naquele exato momento, para o observador é paisagem, todas as emoções, impulsos ou prostrações, são concebidos através da interpretação e interação para com o entorno visto. Foucault (1987) afirma que toda essa figura arquitetural, é a garantia da ordem; e completa, enquanto detentos, o exílio mitiga as possibilidades de “complô” ou “evasão coletiva”, classificando-os como um grupo de “más influências recíprocas”; uma vez doentes, as chances de contágio são menores; quanto aos “loucos”, as “violências recíprocas” têm fim; aos estudantes, a “cola”, e a “dissipação” tendem por diminuir, dentre outros exemplos (FOUCAULT, 1987, p. 166). O coletivo cede lugar às individualidades separadas. Foucault (1987) completa:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Em seguida, Foucault aborda o ponto chave para interpretar toda essa dinâmica descrita. O autor afirma que na verdade, o mais importante não é de fato a vigilância

constante, mas sim, que ele se “saiba vigiado”, o poder devia ser “visível”, porém, “inverificável” (Foucault, 1987, p. 167).

Ainda segundo o autor, o “visível” seria a capacidade do detento a todo o momento, visualizar a torre pela qual é observado, enquanto o “inverificável” se enquadra na capacidade da estrutura não demonstrar se de fato o guarda se encontra presente ou ausente, mas especificamente na capacidade de sempre poder estar (Foucault, 1987, p. 167).

Essa condição de existência entre o concreto e o abstrato na produção de predeterminados objetivos, sejam eles de controle ou liberdade, foi observada também por Milton Santos (2017) na medida em que o autor apresenta características relacionais entre essas duas esferas. O autor afirma que a materialidade, se apresenta como componente indispensável do espaço geográfico. Mostra-se hora como “condição para a ação”; “estrutura de controle” ou um “limite à ação”, outrora como “convite” a agir (SANTOS, 2017, p. 321).

Santos (2017), inclusive deixa claro que nada fazemos hoje, que não seja “a partir dos objetos que nos cercam”, inclusive afirma que esse “objeto-ator” nos aponta parâmetros, ou como o mesmo diz “comportamentos”, uma vez que o próprio se constitui de um “sistema” que funciona única e exclusivamente uma vez que suas regras predeterminadas são obedecidas (SANTOS, 2017, p. 214). Ora, poderia o Panóptico funcionar, uma vez que seu princípio de exclusão não fosse respeitado, ou caso toda a estrutura arquitetural não promovesse vigilância constante? O Panóptico mostra-se como um objeto-ator, detentor de um sistema e com objetivos claros, tornar os corpos dóceis a partir da experiência, principalmente sensorial, por parte do homem e o espaço.

Essa constatação do objeto-ator, como Santos (2017) refere, pode a priori promover espanto uma vez que estamos acostumados com a ideia de que sempre “o ator é o homem”, entretanto, o que podemos realizar é uma constante e ininterrupta influência dos objetos diretamente nas ações.

Em outras palavras, Santos (2017, p. 93), conforme citado por Hägerstrand, afirma que a paisagem apresenta-se como “versão extrema da tese da intencionalidade”, referindo-se à ação como uma “projeção da matéria”, convertendo-a em “trajetórias espaço-temporais”, por fim completa, “a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma a uma ação”.

## 8 ANÁLISES E DISCUSSÕES

### 8.1 O Espaço Geográfico, a disciplina e as ações humanas

Desde o início do projeto até a presente etapa, alguns conceitos foram delimitados como pré-requisitos essenciais para uma análise que apresentasse, antes de tudo, consistência teórica. A rigor, vale ressaltar que o objeto de pesquisa aqui analisado é única e exclusivamente o espaço geográfico, como Milton Santos (2017) afirma, seria imprudente ou teoricamente equivocado que a análise partisse de quaisquer outros objetos, senão o espaço.

Segundo Santos (2017), o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, e frisa a impossibilidade de uma análise que parta da consideração isolada de quaisquer das partes, quando na verdade o espaço se apresenta “como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017, p. 63).

Ainda segundo o autor, os objetos não apresentam “realidade filosófica” uma vez vistos separadamente dos sistemas de ações, da mesma forma que a recíproca é verdadeira, “os sistemas de ações não se dão sem os sistemas de objetos”. A partir disso, identificam-se “categorias analíticas internas” que dão cargo de representar e rigorosamente sistematizar todo o real concreto, a partir de métodos específicos que têm como objetivo dar conta da “multiplicidade e da diversidade de situações e processos” (SANTOS, 2017, p. 64).

Milton Santos é categórico ao afirmar, “os sistemas de objetos e de ações interagem”; essa interação se dá na capacidade dos objetos condicionarem a “forma como as ações se dão”, ao mesmo tempo em que as ações agem sobre os objetos, seja na criação de novos objetos ou na realização sobre objetos já existentes (SANTOS, 2017, p. 63).

Voltando às categorias analíticas, podemos citar algumas como a “configuração territorial”; a “divisão territorial do trabalho”; as “formas-conteúdo”; e talvez a que norteou toda a atual contribuição, a “paisagem”, entre outras.

Uma questão importante de ser levantada é o real motivo da paisagem, dentro de todo seu potencial subjetivo, ter sido a principal categoria analítica que guiou e por

onde se deu a reflexão acerca da influência do espaço, a partir da paisagem, nas ações humanas. Segundo Santos (1988), a paisagem é “tudo aquilo que nós vemos”, mas não apenas isso, a paisagem também é o resultado da percepção, não é composta apenas de “volumes”, mas também “cores”, “movimentos”, “odores”, entre outros (SANTOS, 1988, p. 21). Desse momento em diante levanta-se uma questão importante acerca da capacidade da paisagem se mostrar como uma representação, mas essa representação não necessariamente representar o todo. A dimensão da percepção é única e exclusivamente pessoal, dessa forma, subjetiva. A paisagem vista por uma pessoa, de determinado local, não necessariamente representa a paisagem observada por outra pessoa em outro ponto de referência. Entretanto, da mesma forma que a paisagem é um fragmento do todo, mas não o representa, sua relevância em relação à análise espacial não se mostra prejudicada, uma vez que tomadas as devidas cautelas, principalmente no que tange o conhecimento de seus limites representativos.

Uma vez reconhecidos os limites da interpretação, a paisagem apresenta grande potencial de análise não apenas do que houve no passado, uma vez que se compõe da “materialização de um instante da sociedade” (SANTOS, 1988), instante esse que é presente, mas um presente anterior, constituído de objetos pensados e criados em um período anterior, enquanto o espaço se apresenta como um presente futuro, uma representação do hoje que produzirá o amanhã. Dentro do espaço, se encontram os objetos que, se observados e interpretados em determinado momento, por determinada referência, torna-se um fragmento de representação, torna-se paisagem.

Na busca de complementar, à medida também de ser complemento às demais áreas do saber, buscamos análises e reflexões. Longe da intenção de “importar” conceitos de outras ciências que, em determinados momentos podem ser metáforas para outras, conseguimos observar congruências que somam e ampliam a possibilidade de produção da dialética. Ao analisarmos Foucault (2018), quando questionado acerca da ausência de uma menção direta à Geografia em suas contribuições, o autor nos afirma que poderia ser considerado de certa forma um equívoco tomar uma questão apenas pelo seu caráter polêmico ou sua importância. Essa subjetividade não é o suficiente para promover um sentido ou eficácia política, para isso, é necessário que se esteja “ligado, de uma maneira ou de outra aos combates que se desenrolam nesse domínio” (FOUCAULT, 2018, p. 245). Em outras palavras, para maior consistência teórica, ou como o autor aponta, para criar uma história “conceitualmente asséptica”, é preciso estar de alguma forma ligado às tensões

presentes na proposta de análise. É dessa forma que se apresenta a experiência homem-paisagem. A tomada de decisão que irá desembocar nas ações, passa necessariamente pela experiência homem-espço, e conseqüentemente, também homem-paisagem. Essa interação está sobretudo presente na dinâmica social, em todos os momentos. Inúmeras decisões são tomadas – não apenas, mas inclusive – a partir do fenômeno da percepção, não se trata exclusivamente duma fenomenologia, mas sim de compreender que por vezes identifica-se a natureza a priori, e a partir disso, a paisagem tende a influenciar nas ações. Não de forma determinista, mas como um componente adicional condicionante.

O espaço se forma a partir dessa constante dinâmica, e, além disso, assume escalas de influência, tanto locais, quanto globais.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição (SANTOS, 2007, p. 107).

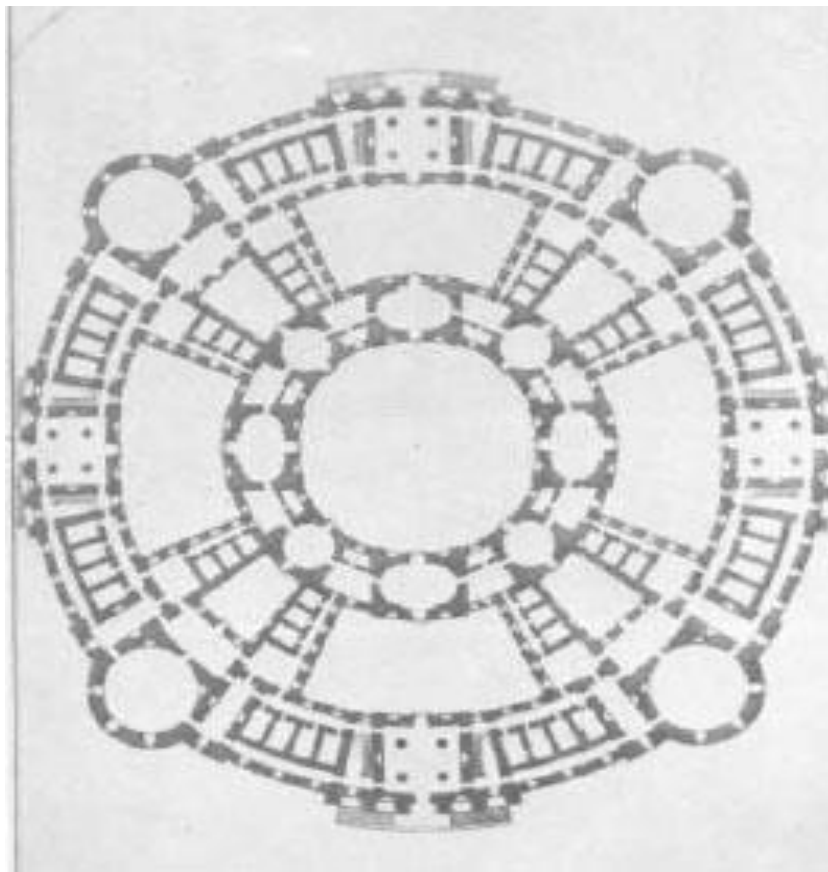
Nesse momento, Milton Santos faz menção direta a algumas categorias analíticas específicas da Geografia, entre elas o território, ou mais especificamente, a configuração territorial e também a divisão territorial do trabalho. Essa passagem nos mostra explicitamente a dualidade presente no espaço geográfico, ao mesmo tempo em que liberta, pode aprisionar. Essas são as “contradições” e as “solidariedades” previstas na dinâmica espacial no que tange a categoria territorial, mas ao analisarmos a partir da paisagem, chegaremos a conclusões tão interessantes quanto.

Ainda que conste ausência explícita de menção de Foucault (2018) acerca da Geografia, ao interpretarmos suas análises a respeito da visualização dos corpos, da disciplina como condicionante social, para não usar a palavra adestradora que o próprio autor faz menção, assim como dos corpos dóceis, percebe-se grande influência do espaço, assim como da paisagem, no processo disciplinar.

Foucault (XXX) descreve uma paisagem específica, a estrutura do panóptico, essa forma de organização espacial detém características arquiteturais específicas:

Na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre, a qual possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. As celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. (FOUCAULT, 2018, p. 319).

Toda essa descrição apresenta características organizacionais, de gestão territorial.



**Figura 1- Planta do Panopticon originalmente feita por Bentham e citada por Foucault em Vigiar e Punir. (BENTHAN apud FOUCAULT, 1987, p. 46)**

Cada objeto apresenta seu devido lugar e necessariamente um objetivo, um fim predisposto que no caso é a disciplina. O autor completa:

Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia (FOUCAULT, 2018, p. 319).

Existem dois pontos chave nessa passagem; o primeiro aspecto a ser observado é a possibilidade dessa gestão do espaço ser aplicada nos mais variados territórios, dependendo basicamente da sua “conjuntura”, em certo momento uma “inovação industrial”, outrora a “recrudescência” de doenças epidêmicas, e daí por diante (FOUCAULT, 1987, p. 119). O autor faz menção ao “louco”, representando o “sanatório”, o “condenado” no que tange a “prisão”, o “operário” referindo-se à

“fábrica” e por fim o “estudante” no que diz à “escola”. Em outras palavras, cria-se um conjunto de técnicas, podendo até mesmo se alinhar à técnica conceituada por Santos chama por técnica, como produtora dos objetos, e a partir disso esboça-se um método geral que tem como objetivo a reprodução e manutenção da disciplina. O segundo ponto a ser observado e talvez o que mais se alinhe à proposta de análise desse trabalho, é quando Foucault (2018) se refere ao “efeito de contraluz”, que tem como objetivo expor o corpo do “excluído” e promover um processo constante de vigilância, dessa forma invertendo-se o princípio da masmorra, afastando a segurança da não visualização dos corpos, para o constante e ininterrupto sentimento de vigilância. Essa interação é, antes de tudo, uma experiência com a paisagem. O “vigia”, tem acesso a uma determinada paisagem baseada na sua referência, assim como existe outra, no mesmo território em questão, mas que é visto por outros olhos, o do excluído. Essa representação se mostra igualmente importante para a manutenção desse processo. Entretanto, mostra-se demasiadamente desnecessário um processo contínuo de ininterrupto de observação, ao mesmo tempo em que se esboçam dois aspectos importantes, o visível e o inverificável. O visível seria a capacidade do detendo ter sempre aos olhos a torre central de onde eventualmente é espionado. O inverificável é o fator dúvida, não saber que está sendo visto, mas sim da possibilidade de estar.

Para tornar indecível a presença ou a ausência do vigia, para que os prisioneiros, de suas celas, não pudessem nem perceber uma sombra ou enxergar uma contraluz, previu Bentham, não só persianas nas janelas da sala central de vigia, mas, por dentro, separações que a cortam em ângulo reto e, para passar de um quarto a outro, não portas, mas biombos: pois a menor batida, uma luz entrevista, uma claridade numa abertura trairiam a presença do guardião (FOUCAULT, 1987, p. 167).

Todos os aspectos citados, todas as características observadas se mostram como uma relação que, antes de tudo, se materializa no território, cria-se um modelo organizacional. Esse modelo dita em grande escala suas regras, e tendem a partir disso, condicionar as ações humanas. A Disciplina transfigura-se no espaço geográfico, ao mesmo tempo em que encontra nele sua capacidade de reprodução. Essa reprodução realiza-se a partir da relação homem-meio e só pode ser absorvida em totalidade através da percepção, das sensações. De forma objetiva, o espaço segundo Santos (2017) é formado por um conjunto de sistemas de objetos e ações. Esses objetos são organizados de acordo com determinada necessidade, ou a “conjuntura” que Foucault



cita, a partir disso, esses objetos tendem a influenciar nas ações, na mesma medida em que tais ações proporcionalmente criarão novos objetos, com novos objetivos, que igualmente condicionarão novas ações, assim por diante. A paisagem, de acordo com a bibliografia abordada, se mostra como um dos componentes que reproduzem esse ciclo, que pode ser por vezes “solidário”, da mesma forma que “contraditório”.

## 9 CONCLUSÃO

Ao final de todo o processo de consulta bibliográfica e ao término das análises, é possível concluir de acordo com a bibliografia consultada, que o espaço geográfico, através das suas categorias analíticas internas que sistematizam toda uma análise do real concreto, apresenta enorme potencial coercitivo das ações humanas. Foi possível perceber que essa influência se dá muitas das vezes de maneira silenciosa, quase que natural, dessa forma adquirindo grande efetividade. Ficou igualmente nítida a mudança na escala de influência, a tentativa de disciplina generalizada ou como Foucault (1987) cita “em massa”, cedeu lugar à individualização, num processo de condicionamento constante, passando a ter como foco o processo, a ação, e não mais o resultado delas, desta forma guiando para determinados fins e objetivos.

O espaço geográfico, parafraseando Santos (2017, p. 63) é o “quadro único no qual a história se dá”, ou seja, antes de tudo é uma instância social, é produto e produtor, é sinônimo de potencialidade, como Milton Santos aponta, “é o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno” (SANTOS, 2017, p. 119). O espaço que aprisiona, pode ser o espaço que liberta, da mesma forma que a disciplina que exclui e produz segregação, pode ser a mesma que potencializa, gera progresso e transformação social. É preciso, antes de tudo, pensarmos em qual modelo desejamos nos espelhar, ou principalmente repensarmos o atual modelo pelo qual se dá a produção do espaço.

Por fim, uma vez que tomadas as devidas precauções no que diz respeito ao método de análise e suas limitações quanto à representação do todo, da realidade, a paisagem apresenta igual potencial e relevância frente às demais categorias internas que constituem a Geografia. Uma vez analisada em conjunto e interpretada como parte do indissociável conjunto de sistemas que formam o espaço, a paisagem nos retorna singularidades que por vezes não são levadas em consideração em tempos marcados por constante aceleração. A partir da bibliografia consultada, foi possível concluir que a paisagem tende a apresentar característica condicionante, sobretudo não determinante das ações humanas, afinal de contas, parafraseando Foucault (2018), para qualquer “ofensiva”, existe uma “contraofensiva”, ou seja, não haverá influência, ou poder sem que haja algum tipo de resistência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 23. ed. Petrópolis; Editora Vozes, 1987, 288p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra, 2018, 432p.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 288p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 176p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2017, 392p.

Hérodote, stratégies géographies idéologies. Paris. François Maspero. **Questions à Michel Foucault sur la géographie**, n. 1, p.71-85, jan.- mar. 1976. Disponível em : < <http://gallica.bnf.fr> > Acesso em : 19 dez. 2018.